

BLUCHE, François. *L'Ancien Régime: Institutions et société*. Paris, Éditions de Fallois, 1993.

Historiador da Idade Clássica, que corresponde aproximadamente ao período 1630-1760, François Bluche é hoje, para a França Moderna, o que representam um Jacques Le Goff ou um Georges Duby para os estudos da Idade Média francesa. Coordenador de amplos projetos de pesquisa, organizador de uma obra imensa como o *Dictionnaire du Grand Siècle* (Arthème Fayard), François Bluche é ainda o autor consagrado de *Louis XIV* (Arthème Fayard), biografia monumental do Grande Rei, com a qual arrebatou o "Grand Prix d'Histoire", em 1986.

L'Ancien Régime é um desses livros de leitura agradável, escritos à maneira de um curso geral de História, nos quais certos nomes já reconhecidos e badalados dedicam-se a vulgarizar informações a um público que ultrapassa as fronteiras universitárias, atingindo também uma sociedade apaixonada e ávida pela leitura de sua história. De fato, é bem conhecido o prestígio que gozam os livros de história na França, pelo menos nas últimas duas décadas.

Este pequeno formato da Editora Fallois, que se lê tranqüilamente em duas ou três manhãs, aborda em cinquenta e cinco curtos capítulos um conjunto-chave de temas da França do Antigo Regime: o rei e seu reino, a administração estatal com seu emergente complexo burocrático, a vida social e religiosa e seu conjunto de mitos e crenças, e a divisão hierárquica

da sociedade francesa fundada, principalmente, na idéia de privilégio, que se manifesta na prática pela crença na desigualdade natural entre os homens, pela queda ao auto-sacrifício entre as comunidades camponesas, já observada por Tocqueville; algo como a clássica visão do século XVIII, de que o hábito de sofrer acabou matando entre as populações rurais a consciência de que sofriam. Fato curioso, a idéia de privilégio não nos é estranha, apesar de repugnante ao olhar contemporâneo. Mas para os homens do Antigo Regime, era muito diferente. O Professor Bluche ensina que essa noção ainda não adquiriu sentido negativo no quadro dos valores da época, ainda não tendo relação com supostas vantagens adquiridas sem mais critério que o suborno e outras práticas de corrupção. Foi a filosofia da Luzes que começou a trabalhar na fixação desse enfoque. Contudo, no tempo dos reis Bourbons, o conceito de privilégio ainda é uma figura de direito consuetudinário fixada por uma longa tradição, o que significa que tem valor legal. Em um texto do século XVIII, citado por C.B.A. Behrens, privilégio se definia muito naturalmente por: "distinções tanto úteis quanto honrosas, dadas a certos membros da sociedade, e recusadas a outros".

O autor analisa como o rótulo pejorativo de "*Ancien Régime*" deve ser considerado como uma

espécie de etiqueta póstuma, que se não foi propriamente inventada por Mirabeau em 1790 – já no contexto da Revolução Francesa – teve nesse personagem o seu maior divulgador. O conceito surge como uma expressão negativa, e como um construto ideológico, que tencionava alimentar as polêmicas em torno de uma ordem social, e de um sistema político, que se pretendia destruir. Daí a idéia ainda hoje muito arraigada de associar “Ancien Régime” a tudo que pareça arcaico e ultrapassado, segundo o olhar da posteridade. Fato curioso, os homens dos séculos XVI e XVIII não consideravam o seu tempo como uma época abominável. Pela ótica de um Bossuet, ou até de um Voltaire, a sua época era o melhor dos mundos possíveis. É conhecido o elogio do filósofo iluminista ao *Siècle de Louis XIV*, que segundo ele tirara a França das trevas da Idade Média.

Discutindo conceitos como o de “monarquia absoluta”, François Bluche demonstra que por esse termo deve-se entender com mais propriedade uma forma de legitimidade incontestada, antes que uma soberania indivisível e um poder de coerção efetivo por parte do poder real. François Bluche pondera que, mesmo sendo a França um país que ao longo do Antigo Regime já se encontrava bem centralizado politicamente, e que sequer possuía uma constituição escrita, mesmo assim o poder central estava limitado por uma cascata interminável de direitos consuetudinários, inibidores de uma série de iniciativas por parte dos governantes: criação de novos impostos, desmembramento do reino, desrespeito aos direitos tradicionais específicos de cada província, etc.

O livro revela a concepção política muito peculiar das sociedades do Antigo Regime na França: a idéia do corpo místico é a noção mais difundida e aceita, e que representa o reino como uma estrutura organicamente articulada, que não se pode separar, à semelhança do próprio corpo humano, que se torna uma figura incompleta se qualquer de seus membros não se encontrar bem preservado.

François Bluche analisa a teoria política legitimadora do poder real na França borbônica: o direito divino dos reis. O autor vê no influente Bossuet apenas um sintetizador que, na segunda metade do século XVII, teve o mérito, inegável é verdade, de amplificar uma idéia política já anteriormente trabalhada no plano teórico pelos grandes juristas de fins do século XVI e início do século XVII, como Jean Bodin, Loyseau e Cardin Le Bret. A idéia da anterioridade da monarquia francesa, fundada com o batismo de Clóvis na Idade Média, revela o prestígio da realeza sagrada diante dos franceses do Antigo Regime. F. Bluche demonstra como o título de *roi très chrétien* está relacionado à teologia política do direito divino da Época Moderna, mas remontando pelo menos aos meados do século XIII. Na verdade, esse título havia sido conferido ao rei Luís IX, mais tarde canonizado por influência de seu neto, Filipe o Belo. O livro faz eco à clássica obra de Marc Bloch, uma vez que o aspecto mágico da realeza sagrada, o toque taumatúrgico, merece um capítulo a parte.

A riqueza de temas é imensa, cada um dos cinquenta e cinco pequenos capítulos abordando aspectos específicos com o propósito, aliás muito bem alcançado, até onde isso é possível, de formar uma síntese completa. O texto traz análises esclarecedoras de um fenômeno político tipicamente francês: a venalidade dos ofícios. Esse elemento peculiar ao Estado monárquico francês fez da monarquia uma “administração de expedientes”, imediatista, pouco competente e racional; a venalidade dos ofícios foi um dos elementos que prestou um grande contributo ao desenvolvimento da reação nobiliárquica, um dos fatores mais importantes para o início da Revolução Francesa. A venalidade dos ofícios não criava receita permanente à administração, pressionando-a a aumentar a carga tributária sobre os segmentos da elite social do Antigo Regime, em particular a alta

nobreza que pagava imposto irrisório, e só a partir de Luís XIV.

A escalada demográfica no século XVIII, que fez da França o reino mais forte da Europa, com aproximadamente 26 milhões de habitantes, é estudada em seus variados aspectos. O autor demonstra que, apesar de seu imenso potencial humano, da sua invejável força de trabalho, os franceses ricos do Antigo Regime optaram por esterilizar seus capitais em terras e em ofícios públicos, elementos que poderiam favorecer o enobrecimento de suas famílias, uma ou duas gerações mais tarde. Esse fascínio pelos valores aristocráticos faz lembrar o cômico Burguês Fidalgo, da peça homônima de Molière, que dava de boa vontade dois dedos da própria mão ao cepo, se disso dependesse seu enobrecimento. Esta observação ridicularizante de Molière revela de fato o *ethos* próprio das elites do Antigo Regime: a etiqueta rígida, o sistema cerimonial e o jogo de precedências, que fazem com que muitas vezes um burguês recentemente enobrecido queira recolher mais imposto ao rei, significando ser ele de um grau mais eminente! Isso é o que René Rémond chama de “ânsia de consideração”, ou seja, a necessidade de ser notado, de gozar de atenção na corte, aspecto psicológico que irá opor inconciliavelmente burguesia e nobreza, no processo conhecido como a “reação nobiliárquica” das últimas três décadas do século XVIII.

A assistência social e a instrução pública proporcionadas pelo clero e, mais tarde, pelo próprio Estado, é um tema novo, historiograficamente falando. François Bluche esclarece inúmeros detalhes quanto à educação na França Moderna, fator que juntamente com a riqueza de alguns segmentos sociais, ajudou a desestabilizar a antiga ordem, que já data de três séculos. O Antigo Regime surge como uma sociedade muito mais complexa que o velho esquema difundido tanto pelos manuais quanto pela historiografia tradicional, da qual os primeiros são reflexos. Com efeito, o livro quer informar que, prin-

cipalmente nos séculos XVII e XVIII, os padres não continuaram simplesmente a rezar, os nobres a conduzir caçadas e batalhas, e os demais homens a plantar para sustento de todos. De fato, esse modelo explicativo é quase infantil para a análise da nova e complexa ordem sócio-econômica e política erigida ao longo da Idade Clássica.

A obra termina com o estudo dos elementos que ajudaram a formar o magma da Revolução Francesa: suas origens intelectuais e a contribuição da filosofia das Luzes, o papel da miséria e da prosperidade do reino nos anos que precedem o movimento revolucionário, a influência das sociedades de pensamento (clubes e salões), o peso da reação nobiliárquica às novas reformas de Luís XVI, bem como os furores camponeses, demonstrando que a análise da dissolução do Antigo Regime deve considerar a importância relativa de cada um desses fatores.

O livro traz ainda, como anexos, testemunhos de autores responsáveis por teorias clássicas acerca dos três últimos reinados da dinastia Bourbon na França do Antigo Regime: Voltaire analisa a superioridade do reinado de Luís XIV; o abade Véri prova que o reinado de Luís XV ultrapassou qualquer outro em volume de boas obras; por último, Edmund Burke faz crer que a época de Luís XVI não poderia ter engendrado a Revolução, por se tratar do período mais glorioso e próspero da história da França. Esses testemunhos tencionam demonstrar que a História das origens da Revolução Francesa ainda se encontra sob o domínio de diversas interpretações, cabendo à historiografia contemporânea o indispensável papel de contrastar as várias teses, para conservar de cada uma aqueles elementos que se aproximem de uma teoria explicativa mais completa. Isto significa que, apesar de um Michelet, de um Burke ou mesmo de um Tocqueville terem exagerado o peso de determinadas influências desencadeadoras da tempestade revolucionária, muito de seus juízos ainda estão corretos, sendo necessário estar atento a isso.

Uma cronologia ampla, que remonta à Idade Média, junto com um quadro dinástico dos reis da França, um ótimo léxico histórico e uma bibliografia atualizada completam a obra, dando a ela um inegável ca-

ráter de síntese que não foge da sua intenção: dar a conhecer três séculos de história sem transmitir ao leitor qualquer sensação de salto cronológico ou vazio temático.

Marcos Antônio Lopes
Mestrando pelo Depto. de História-FFLCH/USP